

O PATRIMÔNIO SALVAGUARDADO E OS TERRITÓRIOS DA MEMÓRIA**Silvia Helena ZANIRATO**

Resenha de Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (Pierre Nora, 1993, p. 15).

Organizado pelo professores Regina Abreu e Mário Chagas, o livro *Memórias e patrimônio: ensaios contemporâneos* reúne uma série de dezesseis textos elaborados por pesquisadores de diversas áreas que tecem atentas considerações a respeito do patrimônio cultural.

A linha central da discussão volta-se para o patrimônio intangível, compreendido como as línguas, festas, danças, lendas, mitos músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados que compõem esse universo de bens imateriais, cuja preservação passou a ser contemplada pelo Decreto 3.551, de agosto de 2000, ao instituir o inventário e o registro de bens dessa natureza. Este tema é abordado nos cinco blocos temáticos que contemplam aspectos pertinentes à construção conceitual e aos espaços destinados à salvaguarda e divulgação desses bens elevados à condição de patrimônio cultural.

O primeiro deles versa sobre estudos que envolvem o patrimônio, a natureza e a cultura. Nele se vêem ensaios como o de José Reginaldo Santos Gonçalves que trata essa relação a partir das diversas dimensões semânticas que revestem a categoria patrimônio, que não pode ser naturalizada, mas sim remetida a contextos sociais e culturais específicos. Com essa mesma preocupação, o texto de Regina Abreu contempla aspectos pouco usuais no trato com o patrimônio, quais sejam as dimensões intangíveis desses bens, como é o caso do patrimônio genético. Nesse aspecto a autora discute a necessidade da proteção da diversidade biológica, ou seja, do conjunto de bens de interesse difuso que conformam esse legado, sobretudo porque o Brasil é o campeão mundial da biodiversidade, detentor de 23% do total de espécies do planeta, o que nos dá uma idéia da riqueza de nosso patrimônio genético e da importância de políticas precisas para sua gestão e conservação.

Ainda nesse bloco se vêem textos como os de Márcia Sant'Ana, de Maria Cecília Londres Fonseca, de Ruben George Oliven, de Regina Abreu e de Mário Chagas, que tratam dos saberes que compõem o patrimônio intangível, tais como a habilidade do engenho humano na lida com a ciência, as coisas e os fatos, os conhecimentos e os modos de fazer. Como

exemplo de manifestações dessa natureza, que não se materializam em produtos duráveis, mas que são indissociáveis da cultura de uma comunidade, encontra-se o ritual da Procissão do Fogaréu, da cidade de Goiás, sem dúvida uma relevante manifestação do patrimônio cultural daquela localidade. Uma das questões instigantes levantadas no texto indaga até que ponto práticas culturais coletivas podem ser tombadas, o que leva o leitor a refletir sobre a possibilidade de o tombamento interferir no processo espontâneo de criação de significados. A resposta a essa questão implica em releituras da categoria patrimônio, na investigação de novos instrumentos de preservação e promoção de bens passíveis de serem preservados.

No segundo bloco temático encontram-se textos que têm em comum a problemática da memória em narrativas nacionais. Nele se vêem estudos de Myrian Sepúlveda dos Santos, de Maria de Lourdes Parreiras Horta e de Mário Chagas, que investigam as práticas discursivas e de colecionamento da museologia, mais precisamente as narrativas elaboradas acerca de “lugares da memória”, espaços construídos para a preservação, o uso e a transmissão de uma determinada herança cultural.

É com essa preocupação que os autores analisam a memória política produzida por instituições como o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial. O acervo de ambos os espaços é visto como um conjunto que se destina não somente a retratar o que teria sido o Império, mas a homenageá-lo a partir de insígnias que ensejam apresentar uma imagem da Corte marcada pela suntuosidade e pelo poder. No entanto, asseveram os autores, não se pode perder de vista que as linguagens inscritas nos museus “são produtos de uma relação contínua entre os homens”, uma vez que há um consentimento da sociedade ao incorporar representações que sacralizam essa imagem e obliteraram outras como a escravidão. Com isso, concluem: “a memória não está nas coisas, mas na relação que com elas se pode manter” (p. 170).

O terceiro bloco contempla narrativas urbanas acerca da memória. Os pesquisadores José Reginaldo Santos Gonçalves, Vera Beatriz Siqueira e Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias objetivaram trabalhar com a relação entre as experiências humanas associadas aos lugares da memória. O surgimento e as transformações dos museus a partir de sua inserção no espaço público, bem como as relações entre a memória da cidade e a memória da nação são alguns dos aspectos abordados pelos autores.

Também sobre memórias, mas agora em relação com a etnicidade, encontram-se os textos reunidos no bloco quatro. Ali se vêem artigos como os de José Ribamar Bessa Freire e o de James Clifford que tratam de experiências ocorridas em museus que contemplam a cultura indígena, cujo acervo não só expõe memórias em vias de desaparecimento, como também atuam no sentido de reafirmar a identidade de uma etnia e de produzir representações sociais acerca das populações indígenas. Os textos permitem perceber as modificações no conceito de museu, uma vez que a população indígena identifica tais espaços como um lugar de conhecimento, de pesquisa, de estudo, de guarda da memória. Esses lugares funcionam não

como depósitos de uma cultura material, mas sim como centros culturais, locais de educação e mobilização da comunidade em torno do conhecimento de seu passado e na luta para impedir o seu esquecimento.

Encerrando a coletânea, o quinto bloco temático traz um texto de Luiz Fernando Dias Duarte, que aborda as relações entre memória e reflexividade. Nele se vê uma profunda discussão com respeito à institucionalização da memória, ao investimento em museus como lugares de práticas intensas e comprometidas. Para o autor, o maior desafio que se apresenta aos profissionais da memória é o de assegurar que a visitação, o uso e o arejamento dos acervos sejam práticas comprometidas, reflexivas e críticas sobre o “aparelhamento burocrático da memória”.

Finalmente cabe dizer que entremeando os blocos do livro encontram-se imagens da arte *kusiwa* – pintura corporal e arte gráfica dos índios *wajãpi* do Amapá. Tal disposição visou a divulgar o sistema de representações *kusiwa*, o primeiro bem cultural indígena registrado no livro de Saberes do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. As pinturas corporais e artes gráficas *wajãpi* exprimem o conhecimento e as práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias, até valores estéticos e morais, consistindo assim em um modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. A apresentação de parte dessa arte tombada como patrimônio cultural expressa a preocupação dos organizadores do livro em destacar as múltiplas dimensões que esse conceito assume na contemporaneidade e a construção de um acervo diversificado de bens ue configuram o patrimônio cultural intangível.

Por todo esse conjunto, *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, livro aqui resenhado, não deixa de ser uma obra que merece ser lida e estudada por todos aqueles que se preocupam em investigar as formas e os lugares de exposição da memória e do patrimônio.